

## Falsear contas? Sim, responde um em cada cinco gestores em Portugal

Gestores dispostos a falsear informação financeira em Portugal acima da média da Europa Ocidental, revela inquérito da EY

—CARLA ALVES RIBEIRO  
carla.ribeiro@dinheirovivo.pt

As empresas têm cada vez mais obrigações legais e regras a cumprir, por exigência dos reguladores, para garantir a ética nos negócios. Mas a perceção dos gestores é de que a corrupção e o suborno ainda são prática comum.

De acordo com um inquérito sobre fraude da consultora EY, 60% dos inquiridos em território nacional consideraram que as práticas de corrupção “ocorrem amplamente” nos negócios e no meio empresarial. Mais do que isso, quando questionados sobre se estariam dispostos a falsear informação financeira para atingir objetivos, 21% disseram que sim. Inquiridos sobre se pagariam subornos para ganhar ou manter um negócio, 12% responderam afirmativamente. Estas percentagens são bastante mais altas do que a mé-

dia dos países da Europa Ocidental, de 6% e 10%, respetivamente.

“Portugal tem vindo a melhorar a sua posição, mas continua distante dos melhores países classificados neste inquérito”, sublinha Pedro Cunha, *partner* da EY em Portugal para a área de investigação de fraude e serviços de contencioso.

No inquérito anterior, de 2015, tinham sido 82% os inquiridos que consideraram que as práticas de corrupção ocorriam amplamente nos negócios. Ou seja, Portugal passou do quinto país com a percentagem mais elevada, para o 19.º, o que demonstra, segundo Pedro Cunha, “uma crescente consciencialização da importância que estas matérias têm hoje na nossa sociedade”.

O inquérito da EY revelou ainda que 30% consideram que a regulamentação teve um impacto positivo na dissuasão de comportamentos menos éticos e 91% concordaram

que um aumento das ações legais contra pessoas singulares ajudaria a diminuir a fraude, suborno e corrupção.

“É de extrema importância para as empresas dotar colaboradores de meios para denunciar comportamentos menos éticos.”

—PEDRO CUNHA  
EY Portugal Fraud  
Investigation  
& Dispute  
Services Partner



Apesar da melhoria registada por Portugal, o responsável da EY considera que “os resultados do inquérito mostram que existe ainda um longo caminho a percorrer”.

As empresas devem “criar os mecanismos necessários para apostar numa comunicação regular, quer através de formação, de newsletters ou jornais, de modo a procurar consciencializar e sensibilizar, não só colaboradores internos como entidades terceiras sobre comportamento ético e íntegro”, afirma Pedro Cunha.

Há empresas que têm canais de denúncia, mas os números indicam que apenas 14% dos inquiridos portugueses afirmaram saber da sua existência. “É de extrema importância para as empresas dotar os colaboradores de meios para que os mesmos denunciem alegados comportamentos menos éticos.”

### Vigiar e-mails?

A monitorização de *e-mails*, chamadas e mensagens dos colaboradores é vista como “importante na prevenção de ameaças internas”. No entanto, apenas pouco mais de 10% dos inquiridos em Portugal concordam que esses dados sejam alvo de uma análise rotineira por parte da empresa. Mais de 60% consideram que se trata de uma invasão de privacidade.

O inquérito da EY envolveu 4100 colaboradores de grandes empresas em 41 países da Europa, Médio Oriente, Índia e África.